

A ATRIBUIÇÃO DA LOUCURA À MULHER ENQUANTO INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL E DOMINAÇÃO

Jaciara Boldrini França *

DOI: <https://doi.org/10.52521/occursus.v9i1.13105>

RESUMO

A partir da análise da História da loucura, disposta por Foucault, o artigo almejou compreender a loucura enquanto fato social, utilizada como instrumento de poder. Baseando-se na arqueologia do saber, percorreu-se a forma com que a loucura fora compreendida no curso da história, passando de sacra, na idade média, para ser vista como uma alienação mental, na idade clássica e, mais tarde, com o advento do Iluminismo, a partir do saber científico, compreendida enquanto doença mental. A partir do contexto histórico, analisou-se como as questões de gênero se articulam com a compreensão da loucura, adentrando, especificadamente, na sua atribuição à mulher e no controle social exercido sobre ela. Tomou-se como conclusão que a loucura é utilizada enquanto controle social e instrumento de dominação, atribuída de forma mais contundente à mulher, de forma a atuar em sua subjetividade.

PALAVRAS-CHAVE

História da Loucura. Loucura e controle social. Mulher e loucura.

ABSTRACT

From the analysis of the History of Madness, elaborated by Foucault, the article sought to understand madness as a social fact used as an instrument of power. Based on the archeology of knowledge, how madness was understood throughout history was covered, passing from sacred, in the Middle Age, to being seen as mental alienation in the classical age and, later, with the dawn of the Enlightenment, based on scientific knowledge, understood as a mental illness. From the historical context, it was analyzed how gender issues are articulated with the understanding of madness, specifically, in its attribution to women and the social control exercised over it. It started from the conclusion that madness is used as social control, attributed more strongly to women as an instrument of silencing and domination, to act on their subjectivity.

KEYWORDS

History of Madness. Madness and social control. Women and madness.



* Mestra em Filosofia Política pela Universidade Federal de Uberlândia. Advogada Criminalista e em Direito Público. Especialista em Ciências Criminais e Direitos Humanos, Especialista em Administração Pública. Pedagoga. Militante Feminista. Servidora Pública Federal da ativa, vinculada à Universidade Federal de Uberlândia na área da Educação. Atualmente, trabalha junto ao Sindicato SINTET-UFU, na área jurídica e polícia, desenvolvendo projetos voltados para a área feminista e opressões.

1 INTRODUÇÃO

No presente artigo aborda-se a loucura numa visão antropológica, não apenas num processo biológico, mas enquanto processo social ao longo da história, com base filosófica em Foucault. Parte-se do problema antropológico da loucura que, para Foucault (1975), ocorre numa dimensão de problema interior (psique) e problema exterior (ambiente social), compreendendo ao mesmo tempo os distúrbios da psique e o homem enquanto parte do mundo.

Foucault traz uma visão fenomenológica ao enxergar a loucura enquanto fenômeno da sociedade, ou seja, enquanto um fenômeno social. Para Foucault, a loucura caminha com os problemas sociais do momento histórico a qual o homem está inserido. Sendo assim, através da forma de se tratar e enxergar a loucura, pode-se ter a compreensão da sociedade como um todo.

No conjunto dessas reflexões, busca-se, nas obras de Foucault, uma compreensão social do homem e da loucura, compreendendo a loucura no seu processo histórico, enquanto objeto permanente, porém com o conhecimento que se sobre ela tem modificado. Este conhecimento acerca da loucura advém de uma esfera que Foucault denomina como poder.

Para Foucault, o poder não deve ser entendido como uma ideia, mas sim como uma prática, um exercício, que só existe em sua concretude, dissipado em várias direções, a partir de instituições como a escola, a prisão, o hospício, os meios de comunicação (Foucault, 1999). Danner e Oliveira (2009) apontam que o poder, em Foucault, é compreendido como uma rede de micro-poderes articulados ao Estado e que atravessam a estrutura social, ou seja, como “*uma rede de dispositivos ou mecanismos que atravessam toda a sociedade e do qual nada nem ninguém escapa*” (Danner; Oliveira, 2009, p. 787).

Ainda para Foucault (1999, p. 180), “*somos julgados, condenados, classificados e obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função de discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder*”. Dialogando com o autor, a compreensão de loucura estaria, então, relacionada enquanto efeito de um poder que age sobre a sociedade e sobre os homens, as vezes de forma sutil e considerada enquanto normalidade.

O artigo pretende, partindo da compreensão da loucura enquanto fato social modificado em acordo com o poder social, demonstrar que esta é utilizada enquanto técnica de silenciamento e exclusão social. Nesta perspectiva, pretende-se abordar a questão como este processo ocorre sob o viés do gênero.

O artigo apresentado busca refletir, por fim, a forma como a loucura é atribuída à mulher, enquanto técnica de disciplina e controle social, numa prática de silenciamento e fortalecimento da misoginia na atualidade.

2 A LOUCURA ENQUANTO INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL

Segundo Foucault (1972), o entendimento de loucura sofre modificação conforme as mudanças da sociedade. Não a loucura em seu objeto, mas a forma com que se enxerga a loucura, enquanto objeto social. Ainda que, na era contemporânea, com o surgimento da psiquiatria, a loucura tenha venha a ser compreendida como uma doença mental, a loucura, enquanto objeto, sempre existiu socialmente, porém vista e compreendida de outras formas.

Sendo assim, a loucura, em si, não seria um simples fato biológico (não que a biologia seja negada), porém, sua compreensão advém de um fato social. Pode-se dizer, desta forma, que a loucura não seria, então, algo da natureza, mas um fato cultural, um saber que toma e torna o homem socialmente.

Em História da Loucura (1972), Foucault discorre a respeito da loucura desde a sociedade medieval até início do século XIX, passando a ter uma perspectiva mais distinta, após a construção do homem enquanto sujeito, ou seja, da adoção de conceito de humanidade do indivíduo, da construção do homem enquanto sujeito social.

Na idade média, a loucura era vista como um processo demoníaco, atribuída aos indivíduos que iam contra o clero, ou, de alguma forma, eram vistos como ameaça ao seu poder. Nesta época, a loucura fora atribuída à muitas mulheres, vistas enquanto bruxas, seja pelo manuseio da botânica, seja pela sexualidade (Federici, 2017).

Para Foucault (1972), a partir de Descartes, a loucura deixa de ser vista como algo sacro, demoníaco, e passa a ser compreendida como uma desrazão, uma ausência da razão do homem. A loucura passa a se transformar no oposto da razão, pertencendo a um ser racional, detentor de consciência. Tal modelo é sustentado por um discurso internalizado na sociedade de separação moral rígida entre o certo e o errado, entre o sadio e o doente, sendo cristalizada como uma verdade absoluta. Assim, o louco é visto como alguém que um dia fora dotado de razão, porém agora abitando o campo do irracional. A ausência de razão do homem louco torna-se uma forma de operar a exclusão social deste.

Enquanto na época medieval a loucura inutilizava o homem para a sociedade, vista enquanto manifestação demoníaca, na idade clássica o homem passa a ter uma racionalidade, fazendo parte da sociedade enquanto ser racional. Uma vez que Descartes diferencia o racional e o irracional, dotando o homem de uma razão, a loucura passa a ocupar o lugar do irracional, da ausência da verdade, da não-verdade. Todos aqueles que rompiam com a ordem institucional, a ordem da razão, tais como os mendigos, homossexuais, os ditos vagabundos, bêbados, ou seja, tudo que desviada da norma clássica passam a ser considerados como loucos, numa compreensão da loucura enquanto alienação da razão.

Para esta transposição, a loucura necessita ser institucionalizada, uma vez que passa a ser compreendida como um rompimento das leis da razão, necessitando de uma instituição que venha a discipliná-la, a controlá-la. Surge-se as instituições enquanto instrumentos de exclusão social, manifestando-se em processo degradante de domesticação, em níveis animais. As instituições de internação são criadas, assim, com o intuito de banir da sociedade os ditos loucos, na função de discipliná-los e adestrá-los. Foucault (1972) classifica estas instituições como espaços de grandes enclausuramentos, uma vez que, ali, os denominados loucos eram enclausurados e mantidos distantes da sociedade.

A partir do século XVIII, elementos do pensamento iluminista culminaram nas revoluções americana, francesa e haitiana. Conhecido como “século das luzes”, ou “século da razão”, o homem passa a ser visto como detentor de direitos, de liberdade, detentor de uma alma. Surge, assim, o conceito de humanidade, a compreensão do homem enquanto sujeito.

Uma vez que surge o homem em si, detentor de uma alma e, por conseguinte, detentor de direitos, a loucura precisará ser colocada para fora do sujeito que detém seus direitos. Assim, ao longo do século XVIII, sobretudo a partir da metade do século, a loucura vai se especificando no espaço do internamento, se separando da desrazão, numa ordenação do saber que passa a tomar o homem enquanto sujeito.

A partir do pensamento iluminista, com a revolução burguesa, a sociedade passa a ser vista como novo objeto, num panorama capitalista, em que a mão de obra para o trabalho é necessária para a manutenção deste status social. Assim, o saber médico precisa incorporar a sociedade como um novo objeto social, se impondo enquanto instância de controle social do homem. Nesta época, conforme Foucault (1975) traz, surge a psiquiatria enquanto saber científico. Os indivíduos precisam ser controlados e precisam produzir capital. A medicalização passa a ser vista como instrumento de controle, surgindo enquanto processo característico da psiquiatria.

Com a psiquiatria, temos o processo de patologia do comportamento do louco, que passa a ser visto enquanto doente mental e, portanto, medicalizável. Assim, as Instituições de enclausuramento são vistas como barbárie humana, passando ao processo de instituições de tratamento. Liberta-se o louco das correntes, porém continua-se a aprisioná-lo, agora na medicalização, substitui-se a institucionalização enquanto enclausuramento do louco, para o surgimento da institucionalização através dos hospitais psiquiátricos, sob a égide do tratamento da doença mental. A loucura, agora doença mental, continua a ser vigiada, confinada, distante de uma sociedade da razão, da verdade. Ao invés do alçó, entra a figura do médico enquanto autoridade sobre o doente mental, numa figura de poder e controle.

A compreensão psiquiátrica da loucura, enquanto doença mental, está associada à uma perspectiva capitalista, advindo da revolução burguesa, numa necessidade de obtenção de mão de obra

para o trabalho e controle social. Assim, tem-se uma adoção de critérios de produtividade e utilidade dentro da sociedade, com a medicalização do doente para seu restabelecimento à normalidade, tem-se a internação enquanto destino de indivíduos considerados incapazes, improdutivos, além dos desviantes da norma moral. Pobres, mendigos, desempregados, mulheres, transgressores das normas sociais passam a ser internados nos hospitais psiquiátricos para tratamento da, agora denominada, doença mental. A normalidade, assim, é considerada sob a perspectiva do que se passa a esperar da sociedade.

Estes homens anormais, acometidos de doença mental, são afastados socialmente através da internação em instituições determinadas pelas relações de poder, construídas com o intuito de adestramento, disciplinados e normalizados. Para Foucault (1999), as disciplinas aplicadas deram origem às técnicas de controle e distribuição dos corpos dos indivíduos na sociedade, do tempo de trabalho, das forças de trabalho, das práticas sexuais, dos regimes de prazeres, das expressões de gênero, em conformidade com os processos desejanos da sociedade em questão.

Trata-se dos procedimentos disciplinares que são praticados em instituições como hospitais, escolas, fábricas e prisões, garantindo uma vigilância e normatização da sociedade autorizada e legitimada pelo saber. Não são estabelecidos por meio de leis, mas pela concordância dos sujeitos para com os discursos de “verdade”. (Foucault, 1998).

Partindo das diversas compreensões da loucura, ao longo do tempo, pode-se perceber que o objeto a ser alcançado é uma normalidade. Este conceito de normalidade é utilizado enquanto instrumento de controle sobre o homem, sobre seu corpo e sobre suas emoções, sob a égide do que Foucault denomina de poder.

Para Foucault, o poder estaria em toda forma, advindo de todos os lugares.

O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares [...] O poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada. (Foucault, 2007. p. 87).

Foucault (1998) traz que é o sujeito e não o poder, objeto de suas pesquisas, interessando os diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos se tornam sujeitos. Assim, compreender quem é o sujeito louco, ou doente mental, num contexto histórico, é compreender o processo de construção social.

Para o Autor, o poder se articula intrinsecamente ao saber. O que se conhece enquanto sociedade, o que se sabe do sujeito são efeitos da implicação entre poder e saber e suas transformações históricas. Assim, entender as diversas formas pela qual a loucura fora compreendida socialmente é entender sobre as estruturas de poder de cada época. A normatização do homem passa a ser importante instrumento de poder, centrado num controle da vida individualizada e biológica do sujeito, compreendendo a exclusão do diferente, a determinação do anormal e o processo de inclusão e controle social sobre o sujeito. Assim, segundo Foucault (1998), o poder atravessa o corpo dos indivíduos, seus sentimentos e comportamentos.

O nascimento da psiquiatria surge enquanto um instrumento de controle, utilizado por uma ordem de poder, legitimando positivamente a busca por um modelo de normalidade. Segundo Foucault (1972) o louco da modernidade passa a receber o status de doente mental e fica sob a direção de um médico que está, nesta época, encarregado mais de um controle moral que de uma intervenção terapêutica. O médico enquanto figura de poder.

O poder, nas sociedades burguesas e capitalistas, passa a ser exercido através do corpo biológico do sujeito.

É preciso, em primeiro lugar, afastar uma tese muito difundida, segundo a qual o poder nas sociedades burguesas e capitalistas teria negado a realidade do corpo em proveito da alma, da consciência, da idealidade. Na verdade, nada é mais material, nada é mais físico, mais corporal que o exercício do poder. (Foucault, 1998, p. 147).

Foucault (1998) traz, numa visão arqueológica, o homem como fundamento do saber, saber este atribuído socialmente. Trazendo para o campo da loucura, agora entendida enquanto doença

mental, numa visão de normalidade/anormalidade, compreende-se que as estruturas de poder social determinam, inclusive e sobretudo, as formas de saberes.

Ocorre que, ao compreender a doença mental enquanto instrumento deste poder, que utiliza da instituição hospitalar e intervenção médica para legitimar a exclusão, dominação e domesticização do outro, sob um saber que determina a normalidade, não há como não refletir sobre como se estabelece a loucura sob o viés do gênero. Quem, dentre os indivíduos, foram os mais silenciados, os mais domesticados, senão as mulheres?

3 A ATRIBUIÇÃO DA LOUCURA À MULHER

A partir da análise da loucura como fato social, utilizada enquanto instrumento de controle e dominação, neste segundo momento busca-se analisar como a loucura¹ atua num viés de gênero. De acordo com Scott (1995, p. 11), entende-se gênero, aqui, como “*um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos*”, e “[...] *uma forma primeira de significar as relações de poder*”.

Para Simone de Beauvoir (1980), a mulher sempre foi vista como o outro, algo estranho ao normal, como o segundo sexo. Estas diferenças são produzidas e mantidas no âmbito cultural e social, numa relação de poder. Para Foucault, os mecanismos de poder, enquanto exercício e articulado ao saber, tem efeito sobre o sujeito e sua identidade. Butler (2003, p. 23) parte desta ferramenta para dispor sobre a categoria de identidade do sujeito feminino, compreendendo que a formação do sujeito ocorre no interior de um campo de poder.

Uma vez que a formação do sujeito ocorre no interior de um campo de poder, tem-se que atributos de gênero têm se construído como primeira maneira de significar a construção do sujeito louco, ou seja, estão no cerne da construção dessas relações de poder. Cunha (1989) e Garcia (1995) trazem que os critérios de gênero aparecem claramente como uma primeira maneira de dar significado as relações de poder em construção na compreensão da doença mental.

Na época medieval, as mulheres subversivas (entende-se aqui enquanto subversivas àquelas que iam contra o poder, a ordem) eram vistas como bruxas, como seres que possuíam pacto com o demônio.

Federici (2017) traz que:

Todavia, a bruxa não era só a parteira, a mulher que evitava a maternidade ou a mendiga que, as duras penas, ganhava a vida roubando um pouco de lenha ou manteiga de seus vizinhos. Também era a mulher libertina e promíscua – a prostituta ou a adúltera e, em geral, a mulher que praticava sua sexualidade fora dos vínculos do casamento e da procriação. Por isso, nos julgamentos por bruxaria, a “*má reputação*” era prova de culpa. A bruxa era também a mulher rebelde que respondia, discutia, insultava e não chorava sob tortura. Aqui, a expressão “*rebelde*” não se refere necessariamente a nenhuma atividade subversiva específica em que possa estar envolvida uma mulher. Pelo contrário, descreve a personalidade feminina que se havia desenvolvido, especialmente entre o campesinato, no contexto da luta contra o poder feudal, quando as mulheres atuaram à frente dos movimentos heréticos, muitas vezes organizadas em associações femininas, apresentando um desafio crescente à autoridade masculina e à Igreja (Federici, 2017. p. 331-333).

Conforme Federici (2017), as bruxas eram mulheres que não estavam em conformidade com o poder da época. As bruxas eram as loucas da época medieval. Assim, a bruxaria foi perseguida, criminalizada, excluída de forma barbárie da sociedade, como o foi com a loucura.

Com a compreensão da loucura enquanto desrazão, alienação, esta continuou sendo atribuída as mulheres, sendo institucionalizadas, excluídas e silenciadas. Na época medieval, a mulher era temida e coloca sob um viés demoníaco, assim como a loucura. Na idade clássica, a mulher que fugia da normalidade era considerada alienada, sem a razão requerida para a época.

Dentre os alienados considerados “*rebeldes a qualquer tratamento, por razões mais morais do que propriamente médicas*”, Pinel incluía as mulheres que se tornavam irrecuperáveis por “*um exercício não conforme da sexualidade, devassidão, onanismo ou homossexualidade*” (Engel, 2006, p. 333). O temperamento nervoso, intimamente relacionado à predisposição às nevroses e nevralgias, era frequentemente considerado como típico das mulheres, “*cujas funções especiais ao sexo, em muito contribuem para o seu desenvolvimento*”. (Engel, 2006, p. 333).

¹ Utiliza-se, aqui, loucura enquanto objeto, entendendo a modificação de sua compreensão enquanto fato social.

Ainda de acordo com Engel (2006), a loucura das mulheres se refere o tempo todo a uma suposta “essência” feminina e sua sexualidade, enquanto a loucura masculina se manifestaria na capacidade que os homens teriam ou não em desempenhar seus papéis na sociedade. Assim, a mulher é historicamente diminuída, aprisionada à uma ideia esperada de corpo e sexualidade, enquanto ao homem é atribuída a razão. Segundo Davis (2016), os mitos fundadores da feminilidade, caracterizados pela fragilidade, delicadeza, instinto materno natural, dedicação aos cuidados da casa e submissão ao homem, são, na verdade, construções sociais, frutos do capitalismo e dos valores sociedade patriarcais e machistas.

Uma vez que, para Foucault, os hospitais psiquiátricos eram instrumentos de controle social, pode-se compreender que estes passam a reproduzir os estereótipos de gênero, com um número muito maior de internação entre as mulheres. Para Garcia (1994), as mulheres passam a sofrer o controle psiquiátrico, levando ao confinamento em hospitais psiquiátricos.

A partir da metade do século XIX, Garcia (1994) traz um crescimento do número de mulheres internadas em manicômios em relação aos homens, o que está associado ao modo como a doença mental feminina foi encarada como associada à condição das mulheres, a partir da expectativa de que as mulheres estariam sempre na iminência de um ataque “dos nervos”. Assim, os hospitais psiquiátricos serviam como depósito para as mulheres, que recebem tratamento psiquiátrico desde muito cedo, bastando uma transgressão social para que fossem diagnosticadas enquanto doentes.

As mulheres, ao reivindicarem espaços, ao não se adaptarem, ao transgredirem e/ou romperem com padrões e regras de normalidade social (como a mãe amorosa, esposa submissa e zelosa, etc.), ao entrarem em choque com os poderes, acabam se tornando objetos de internação psiquiátricas, visto que estas instituições teriam o condão da disciplina e normatização dos corpos.

Para Perrot (2007), a invisibilidade e o silenciamento fazem parte da história das mulheres, pois elas atuam em família, confinadas em casa, sem liberdade, e esta “invisibilidade” é a garantia de uma cidade tranquila, sendo sua aparição, inclusive, motivo de medo. Assim, para a mulher, a invisibilidade e o silenciamento caracterizam condutas sociais cotidianas.

Ainda hoje, estas estruturas de poder e controle social continuam a agir sobre as mulheres, atribuindo a estas a loucura enquanto instrumento deste controle, numa estratégia de violência e silenciamento. Atualmente, tem-se uma denominação para a atribuição da loucura, enquanto objeto, à mulher, como forma de controle: *gaslighting*.

*Gaslighting*², basicamente, é um tipo de violência por manipulação psicológica na qual mulheres, mas não apenas elas, são associadas à loucura. Assim, as mulheres são tratadas como loucas, de modo a serem diminuídas na sua capacidade intelectual e nas suas potências ativas, éticas e políticas, diferentemente do que vemos com os homens.

Busquemos um exemplo bastante atual sobre como a loucura é utilizada enquanto instrumento de controle e poder sobre a mulher. Em 2016, a Revista *Isto é* (2016), trouxe em sua capa uma foto da, então, Presidenta Dilma Rousseff, em que aparecia com feições bastante agressivas, como se estivesse gritando e nervosa. A imagem original correspondia, na verdade, a Dilma Rousseff comemorando um gol em um jogo de futebol (Figura 1).

Sabe-se que o momento político era de conjuntura de um Golpe, que culminaria no Impeachment da então Presidenta Dilma Rousseff. Na reportagem produzida, a então Presidenta era comparada à “Maria Louca”, com relatos sobre seu “desequilíbrio” emocional e sua incapacidade de gerir uma nação.

Não bastassem as crises moral, política e econômica, Dilma Rousseff perdeu também as condições emocionais para conduzir o governo. Assesores palacianos, mesmo os já acostumados com a descompostura presidencial, andam aturdidos com o seu comportamento às vésperas da votação do *impeachment* pelo Congresso. Segundo relatos, a mandatária está irascível, fora de si e mais agressiva do que nunca. “Trecho da reportagem da revista *Isto é* (2016)”.

Poucos dias depois, a Revista *Veja* (2016) traz uma reportagem com Marcela Temer, então esposa do Vice-Presidente Michel Temer, que acabou empossado após o Golpe, mostrando-a coma

² <https://g1.globo.com/fantastico/quadros/isso-tem-nome/noticia/2021/10/31/isso-tem-nome-entenda-o-que-e-gaslighting-um-tipo-de-violencia-psicologica.ghtml>, acesso em 29 de junho de 2022.

uma mulher de traços calmos, sorridente, com a legenda: bela, recatada e do lar, inclusive trazendo a chamada como “a quase primeira-dama” (Figura 2).



Figura 1: reprodução foto de Dilma em um jogo de Futebol, usada fora do contexto original para demonstrar raiva, descontrole emocional Fonte: revista *Isto é*



Figura 2: foto Marcela Temer enquanto bela, recatada e do lar.
Fonte: revista veja

Pode se observar, nos exemplos acima, que a loucura é atribuída à mulher, seja sob seu corpo, suas afeições, sua afetividade, sua relação com o outro, seu controle emocional, enquanto forma de poder, utilizada como instrumento para a submissão, domesticação e silenciamento, buscando diminuir sua capacidade intelectual. Assim, a mulher ideal, dentro da normalidade social, é vista como aquela dócil, frágil, submetida aos afazeres domésticos e familiares.

Para Bourdieu (2012, p. 56), o princípio da submissão feminina é a desigualdade fundamental entre sujeito (que age) e objeto (que é manipulado), ou seja, entre agente e instrumento, uma vez que o agente é detentor de poder perante o objeto. Nesse sistema, a mulher toma a forma de objeto, cujo sentido é definido independentemente de sua ação e vontade. Ela se torna, na sociedade, um símbolo cuja função é perpetuar e aumentar o poder detido pelos homens.

Desta forma, a dominação masculina (sujeito), uma vez detentora do poder, ao atribuir a loucura à mulher, o faz numa situação de submissão e dominação. O corpo da mulher passa a ser visto como parte do objeto, duplamente determinado pela sociedade: em primeiro lugar, porque mesmo sua aparência mais natural é definida na sociedade (docilidade, submissão, fragilidade) enquanto normalidade e, em segundo lugar, caso fuja da normalidade, a esta é atribuído um instrumento de controle, como a loucura.

Retomando a compreensão da loucura enquanto fato social, esta é utilizada como mecanismo de exclusão e silenciamento social, atribuída à todos que fujam da normalidade, compreendida de diversas formas ao longo da história. Para a mulher, ao analisarmos a história, tem-se este instrumento de forma mais contundente, atuando em sua subjetividade, normalizando não apenas corpos, mas afetos, capacidade intelectual e formas de agir.

Ora, enquanto a loucura é entendida como doença mental na idade contemporânea, tendo por objeto a normalidade social através da medicalização e hospitalização, para a mulher a loucura é

atribuída como forma de silenciamento, diferentemente do homem (gênero). Ao homem, a doença mental possui o viés de produção, de retomada de mão de obra, de inclusão social. Para a mulher, a loucura assume o papel de instrumento para a submissão ao lar, enquanto mecanismo de exclusão social e silenciamento.

Assim, temos que a loucura, ao ser atribuída à mulher, possui um arcabouço de exclusão social, para além do aspecto de doença mental a ser medicalizada. Podemos pensar que a loucura, quando atribuída a mulher, torna-se ainda mais perversa e cruel, uma vez que configura um duplo silenciamento para além do aspecto da anormalidade/normalidade. Assim, a loucura da mulher possui o papel de dupla exclusão social, uma vez que o controle perpassa por diversos campos da sua subjetividade, enquanto instrumento de controle e dominação.

Desta forma, a loucura, ainda que compreendida enquanto doença mental, está vinculada ao que Foucault denomina de poder, servindo de instrumento para o controle social. Quando se analisa num viés de gênero, este instrumento torna-se ainda mais potente socialmente, funcionando como instrumento de dominação, sendo atribuído as mulheres como forma de controle de sua subjetividade, determinando o tornar-se sujeito da sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se analisar o processo histórico da loucura sob a perspectiva de um poder, poder este que conduz a atribuição da loucura enquanto fato social.

Entende-se que, ainda que a loucura tenha caminhado numa modificação do seu entendimento, passando a ser compreendida enquanto doença mental, a sua compreensão está submetida a um controle social, transmitindo os valores que predominam socialmente, submetida a um saber que se diz científico, porém, que remete ao poder.

Através da análise do processo histórico da loucura numa perspectiva de gênero, podemos perceber que a loucura, quando atribuída à mulher, passa a ter um papel ainda maior de silenciamento e segregação, configurando um duplo silenciamento da mulher, uma vez que possui dupla função social: não apenas de adequar à normalidade, mas de dominar e silenciar socialmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980. V. 1.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DANNER, F.; OLIVEIRA, N. A genealogia do poder em Michel Foucault. In: MOSTRA DE PESQUISA DA PÓS-GRADUAÇÃO, 4, 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2009. p. 786-794.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e Feminilidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 322-361.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FANTASTICO. Isso Tem Nome: entenda o que é 'gaslighting', um tipo de violência psicológica. **Fantástico**. Disponível em <https://g1.globo.com/fantastico/quadros/isso-tem-nome/noticia/2021/10/31/isso-tem-nome-entenda-o-que-e-gaslighting-um-tipo-de-violencia-psicologica.ghtml>. Acesso em 29 de junho de 2022.

- FOUCAULT, Michel. **Doença Mental e Psicologia**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1975.
- FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1972.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1** - A vontade de saber. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**. 20. ed. São Paulo: Vozes, 1999.
- GARCIA, Carla Cristina. **Ovelhas na névoa: um estudo sobre as mulheres e a loucura**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.
- HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464, jan. 1995.
- ISTO É. Edição 2417 de 06.04.2016. Disponível: <<https://istoe.com.br/>>, acesso em 28 de junho de 2022.
- NASCIMENTO, W. F. DO; ZANELLO, V. Uma história do silêncio sobre gênero e loucura - Parte I. Sobre o que não se fala em uma arqueologia do silêncio: as mulheres em história da loucura. In: ZANELLO, V.; ANDRADE, A. P. M. DE (Orgs.). **Saúde mental e gênero: diálogos, práticas e interdisciplinaridade**. Curitiba: Appris, 2014. p. 17-28.
- PEREIRA, J. F. **O que é loucura**. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.
- SOUZA, Cristina Pereira de. **Gaslighting: “Você está ficando louca?”** As Relações Afetivas e a Construção das Relações de Gênero. 2017. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Psicologia. Porto Alegre – RS, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/179502>. Acesso em 20 de junho de 2022.
- VEJA. **Marcela Temer: Bela, recatada e do lar**. Edição de 18.04.2016. Disponível: <<https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>> acesso em 28 de junho de 2022.

